

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *WloE*

Class.: *268*

Data: *17 de Outubro de 1984*

Pg.: *31*

FOTOS ANTONIO CARLOS MOURA



Os índios dos Estados Unidos: tabuleta no chão



Os Miskito da Nicarágua: críticas a Reagan

ÍNDIOS

Problemas na vitrina

Que podem ter em comum os Sateré-Maué, do Amazonas, e os louros Sâmi, da Escandinávia? Ou os Pataxó Hã-Hã-Hãe, do Sul da Bahia, com os aborígenes da Polinésia? Foi em busca dessas respostas que líderes dos Sateré-Maué, dos Pataxó, dos Sâmi e de outras duzentas comunidades, espalhadas por 23 países em três continentes, reuniram-se no luxuoso centro de convenções Atlapa, na Cidade do Panamá, na última semana de setembro. E eles puderam comprovar, aliás como já sabiam, que têm muito em comum. Afinal, eram todos índios, delegados à IV Assembléia Geral do Conselho Mundial dos Povos Indígenas.

Assim, discutindo o tema central de "Autodeterminação dos Povos Indígenas", eles puderam constatar que o problema dos Sateré-Maué na Amazônia brasileira difere apenas em proporções dos enfrentados pelos aborígenes do Taiti, a colônia francesa na Polinésia. Os Sateré-Maué, por exemplo, herdaram da companhia estatal francesa de petróleo Elf Aquitaine centenas de bombas de nitroglicerina semi-enterradas em sua reserva, após o encerramento, em 1983, de um contrato de prospecção petrolífera autorizado pela Funai (Fundação Nacional do Índio). Os aborígenes da Polinésia, por seu lado, estão ameaçados pelas

radiações atômicas desde que, em 1962, a França passou a usar o arquipélago como campo de prova de armas nucleares.

E, se os Sâmi escandinavos mantêm boas relações com os governos da Noruega, Finlândia e Suécia, onde vivem, eles, tanto quanto os demais povos indígenas, estão interessados na questão da autodeterminação – embora não pretendam ruptura com os respectivos Estados nacionais. "Buscar a autodeterminação é fazer com que nos respeitem, onde somos minoria, e tomar o poder, onde somos maioria", define Assunción Ontiveros, um índio kolla da Argentina. Mais do que a autodeterminação, porém, foram as questões da terra e da própria sobrevivência que galvanizaram os debates.

Nos Estados Unidos, por exemplo, os Navajo, que constituem o mais numeroso povo indígena do país, com 200 mil pessoas, estão sendo pressionados pelo Bureau de Assuntos Indígenas para abandonar suas terras tradicionais, no Estado do Arizona, onde, em 1978, o governo descobriu urânio. Larry Ander-

son, presidente do Conselho Navajo, fez essa denúncia e foi secundado por Apesana Hkwat, dos Dakota. "Os Estados Unidos e as nações índias fizeram, ao longo da história, muitos tratados, que o governo americano não respeita, dizendo que são velhos", conta Apesana, para disparar, irônico: "Talvez não se deva dar valor, então, à Constituição dos Estados Unidos, porque também é um documento velho".

O governo do presidente americano Ronald Reagan foi o principal alvo também dos ataques dos representantes índios da América Central. Para os Miskito, na Nicarágua, é o apoio dado pelo governo americano aos grupos guerrilheiros anti-sandinistas que os levou a migrar de suas terras na fronteira com Honduras. Parte da população dos Miskito foi retirada da região, transformada em zona de guerra, pelos próprios sandinistas e parte forçada a transferir-se para Honduras pelos guerrilheiros apoiados pelos americanos, para "salvá-los do comunismo".

Quando os representantes das 23 nações indígenas da Guatemala começaram a acusar o Exército de seu país, armado pelos americanos, de ter iniciado há sete anos um programa de genocídio para exterminar a população índia, o dakota Apesana Hkwat não resistiu mais. Jogando no chão a tabuleta que indicava seu país de origem, ele gritou para os delegados das outras nações: "Espero que, de agora em diante, ninguém mais nos chame de 'representantes dos Estados Unidos'".

Antônio Carlos Moura, da Cidade do Panamá▲



A assembléia: com duzentos líderes índios de 23 países